29ª Zona Eleitoral.....	.67
 Editais.....	.67
 Atos de Juiz Eleitoral.....	.68
35ª Zona Eleitoral.....	.72
 Editais.....	.72

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL

Atos da Presidência

Decisões monocráticas

PRESTAÇÃO DE CONTAS Nº 94-98.2014.6.27.0000

Procedência: Palmas/TO

Requerente: PARTIDO PROGRESSISTA - PP/TO

Advogado: Leonardo Rossini da Silva - OAB/TO 1929

Advogado: Solano Donato Carnot Damacena - OAB/TO 2433

DESPACHO

Trata-se de pedido de parcelamento de valores a serem ressarcidos ao erário requerido pelo Partido Progressista - PP. Consta nos autos que o aludido partido teve suas contas referentes ao exercício 2013 aprovadas com ressalvas, por unanimidade, por este Tribunal (acórdão de fl. 1.033), e foi determinada a devolução, no prazo de quinze dias, de R\$ 54.096,02 (cinquenta e quatro mil e noventa e seis reais e dois centavos) ao Erário.

Intimado a cumprir a determinação do acórdão, o partido ficou inerte.

Instado a se manifestar, a Procuradoria Regional Eleitoral requereu a inclusão do partido no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Federais (Cadin) e a remessa da documentação pertinente à Advocacia - Geral da União, para que seja promovida a execução do título executivo judicial.

Em despacho de fls. 1.228/1.229, foi determinado por esta Presidência a inscrição do partido no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Federais (Cadin) e o encaminhamento de cópia digital dos autos à Advocacia-Geral da União, para que fossem promovidas as medidas cabíveis visando à execução do título judicial.

As determinações do despacho foram cumpridas pela Secretaria Judiciária e Gestão da Informação através dos ofícios nº 93/2017 e 98/2017 (fls. 1.230 e 1.232).

Por meio do Ofício nº 141/2017/GAB/PFN/TO a Procuradoria da Fazenda Nacional no Estado do Tocantins informa que os débitos encaminhados para cobrança foram inscritos na Dívida Ativa da União.

Desta forma, como já foram encaminhadas informações à Advocacia-Geral da União para a promoção das medidas necessárias à cobrança do débito, eventual pedido de parcelamento dos valores devidos devem ser feitos naquele órgão e não mais nesta Justiça Especializada.

Ante a o exposto, indefiro o pedido de parcelamento requerido pelo Partido Progressista, devendo este pedido ser apresentado diretamente à Advocacia-Geral da União, se assim considerar conveniente o requerente.

Palmas, 8 de maio de 2017.

Desembargadora ÂNGELA PRUDENTE
Presidente do TRE/TO

Portaria da Presidência

Portaria Presidência Nº 170/2017 PRES/DG/SGP/COPES

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS, no uso das atribuições legais e, Considerando que os Juízes, ainda que substitutos da Justiça Comum, exercem a titularidade quando designados para a Comarca;

Considerando a deliberação plenária ocorrida na 8ª Sessão Ordinária de 31 de janeiro de 2014;

Considerando o Relatório extraído do Sistema de Afastamentos do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins;

Considerando, ainda, a Certidão de Frequência do Cartório da 20ª Zona Eleitoral, inserida no processo SEI nº 0000720-71.2017.6.27.8000,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a Juíza de Direito, Dra. MARIA CELMA LOUZEIRO TIAGO, para exercer, em substituição, a função de Juíza Eleitoral da 20ª Zona, com sede no município de Peixe, de 17 a 20/4/2017, em razão de afastamento legal da Juíza titular, Dra. Cibele Maria Bellezzia.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palmas, 04 de maio de 2017.

Documento assinado eletronicamente por **DESEMBARGADORA ANGELA PRUDENTE, Presidente**, em 08/05/2017, às 14:55, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006. A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-to.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0641036** e o código CRC **D939556E**.